

Mobilização para garantir mandato anima o presidente

A disposição de luta dos ministros em torno da manutenção de um mandato de cinco anos e a mobilização de constituintes em torno da emenda do deputado Mateus Lensen (PMDB-PR) estão deixando o presidente Sarney animado. Pelo menos é o que deixaram transparecer, ontem, o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) — que também é do Centrão — e o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana.

O ministro disse que entre as várias hipóteses sobre as quais se articulam os defensores do mandato de quatro anos está a de que há um descontentamento em relação ao Governo Federal e ao Presidente da República. O ministro reconhece que realmente existe esse descontentamento, mas entende que ele é generalizado.

"Pelas manifestações do povo e pelas pesquisas, sabemos que não existe descontentamento só em relação ao Presidente da República, mas também em relação aos governos estaduais e aos deputados e senadores. É um descontentamento abrangente, decorrente de uma situação econômica incômoda", disse o ministro. Para ele, se o pressuposto para reduzir o mandato do Presidente é o descontentamento, então devem ser reduzidos todos os outros mandatos. Para uma insatisfação geral, eleições gerais", disse Prisco explicando que isso não quer dizer que está defendendo a realização de eleições gerais.

O ministro da Habitação disse que o governo tem consciência de que a maioria do PMDB lhe dá

apoio e que a reunião dos Históricos do partido não trouxe nada de novo e não terá nenhuma consequência.

"Se manifestaram contra o governo os que já vinham divergindo. Alguns até fazendo oposição radical. O Presidente tem apoio suficiente de uma coalizão de partidos e de correntes partidárias expressivas na Constituinte para manter os cinco anos. E nós estamos decididos a continuar trabalhando para manter a posição do Presidente, que é do conhecimento de todos há muito tempo", disse Prisco.

Sobre a posição do governador de São Paulo, Orestes Quercia, um antigo defensor do mandato de cinco anos que já admite rever essa posição, Prisco lembra que "ele não tem posição declarada que não seja pelo mandato de cinco anos".

E de manhã, no Palácio da Alvorada, onde a partir de hoje vai permanecer nas manhãs de segundas, quartas e sextas-feiras — para conversar, segundo o ministro Costa Couto, com quem queira, ou precise — o presidente Sarney recebeu o líder do Governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna. Sant'Anna foi levar a Sarney um balanço da coleta de assinaturas para a emenda do deputado Mateus Lensen (PMDB-PR) que defende um mandato de cinco anos para o Presidente.

"No sábado, nós tínhamos 272 assinaturas. E até quarta-feira, quando deveremos entregar a emenda, chegaremos a 310 adesões, disse Sant'Anna que informou ter encontrado o Presidente animado com a mobilização em torno dessa emenda.



Prisco: "Para uma insatisfação geral, só eleições gerais"

Pró-diretas discute a retomada da campanha

A idéia de retomada, imediata, da campanha popular pela realização do pleito presidencial em novembro será discutida às 11 horas de hoje, na Câmara, durante reunião do Comitê Interpartidário pelas Diretas-88, integrado por representantes do PMDB histórico, PT, PDT, PC do B e PTB.

Membros do Comitê, como o senador petebista Afonso Camargo, temem que, se não houver pressão popular, a maioria da Constituinte acabará votando um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, transferindo a eleição para o próximo ano. Esse temor é que explica a intenção de reinício da campanha, que está suspensa há dois meses.

A campanha teria, na nova fase, a participação das figuras mais expressivas do PMDB histórico que se reuniram em Brasília no último sábado, a exemplo dos líderes Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, senador Severo Gomes e o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro.

A idéia de retomada da campanha se choca com a proposta dos líderes Mário Covas e Brandão Monteiro (PDT), que preconizam a votação prioritária, pelo plenário da Constituinte, das questões do sistema de governo e da duração do mandato presidencial. Segundo o senador Afonso Camargo, é preferível que o mandato seja votado no final, dentro do clima de pressão popular, porque, se a votação ocorrer nas próximas

semanas, haveria o risco de prevalecer a tendência pelos cinco anos.

Prioridade
Apesar desse entendimento, o senador Camargo, o líder Brandão Monteiro submeterá ao Comitê duas propostas — um projeto de resolução e um projeto de decisão — com o objetivo de assegurar prioridade para a votação daquelas duas questões. Pelo projeto de decisão, «a eleição direta para a Presidência da República será realizada no dia 15 de novembro de 1988. O mandato de transição do atual Presidente da República se encerrará em 15 de março de 1989».

O projeto de resolução alteraria o novo regimento interno da Constituinte, aprovado semana passada, para estabelecer: «Votar-se-á em primeiro lugar a duração do mandato de transição e o sistema de governo e em seguida os capítulos dos respectivos títulos, seguidos dos destaques, e sucessivamente, o grupo de emendas, conforme tenham parecer favorável ou contrário».

Segundo Brandão Monteiro, a definição imediata do mandato e do sistema de governo criará as condições políticas necessárias «para um grande acordo que possibilite a aprovação de uma Constituição moderna e socialmente justa, que abra perspectiva para a solução dos graves problemas do Brasil».

Senador acusa falsificação

O senador peemedebista Mansueto de Lavour (PE) fez entrega, ontem, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de uma representação contra o seu correligionário Matheus Jansen, acusado, pelo senador, de haver incluído, falsamente, seu nome na lista de signatários da emenda que estabelece um mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

carando a atitude de Matheus Jansen como "falsidade ideológica, a menos que ele faça um esclarecimento público através de nota oficial".

Retratção
Ouvindo pelo JBR à noite, o deputado Matheus Jansen declarou que está disposto a se "retratar", caso seja confirmado, oficialmente, que a assinatura não pertence ao senador Mansueto de Lavour. Jansen começou suas declarações afirmando que Mansueto assinara a emenda e estava recusando "devido ao Arraes". Até então (20h), ele não sabia do parecer da secretaria da Mesa do Senado, indicando que a assinatura atribuída ao senador pertencia ao deputado pedessista Gerson Peres. Diante da informação, transmitida pelo repórter, Jansen falou da sua disposição de retratar-se e de apurar "responsabilidades" pelo episódio.

Governadores pró-eleições têm a maioria

Rubem de Azevedo Lima

O eleitorado brasileiro inscrito nos Estados cujos governadores defendem o mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, com eleições presidenciais em novembro próximo, passa, hoje, da maioria absoluta dos votantes em todo o País.

Defendem o mandato de quatro anos, no momento, os governadores Orestes Quercia (SP), Moreira Franco (RJ), Waldir Pires (BA), Miguel Arraes (PE), Collor de Mello (AL) e Marcelo Miranda (MS). O governador Pedro Simon (RS), também é simpático à tese do mandato dos quatro anos, mas ainda não se manifestou oficialmente nesse sentido.

Excluído o Rio Grande do Sul, que contava em novembro de 86 com cinco milhões de eleitores, em números redondos, o eleitorado nos demais Estados cujos governadores querem eleições presidenciais este ano, era, naquela ocasião, o seguinte: São Paulo, 16 milhões; Rio de Janeiro, sete milhões e 140 mil; Bahia, quatro milhões e 810 mil; Pernambuco, três milhões e 150 mil; Alagoas, 991 mil, e Mato Grosso do Sul, 820 mil.

Assim, nas últimas eleições, os Estados cujos governadores defendem agora as diretas no ano corrente somavam 33 milhões de eleitores, em números redondos. Estavam inscritos naquele pleito 69 milhões de eleitores, mas compareceram às urnas e votaram menos de 65 milhões.

De acordo com os cálculos em face do acréscimo de alistamento ocorrido depois das eleições gerais de 86, o eleitorado brasileiro totaliza hoje 72 milhões de eleitores, estando São Paulo com 17 milhões e 500 mil, o Rio com quase oito milhões e cem mil; a Bahia, com cinco milhões e 200 mil; Pernambuco, três milhões e 300 mil; Alagoas, um milhão e 50 mil, e Mato Grosso do Sul, 850 mil, somando, portanto, 36 milhões de eleitores.

Até a próxima eleição geral do País, a previsão é de que o eleitorado de São Paulo chegue próximo de vinte milhões de votantes. O Estado passou de 13 milhões e 144 mil nas eleições gerais de 1982, para 13 milhões e 513 mil em maio de 1985 e chegou aos 16 milhões, em novembro de 86, apesar do recadastramento eleitoral, que, em 1986, implicou o cancelamento de milhares de títulos em todo o País, em função da transferência de domicílio eleitoral e da morte de eleitores.

Cinco anos

Até o momento, dentre os Estados cujos governadores ainda defendem o mandato de cinco anos para Sarney os de maior eleitorado, no momento, são Minas Gerais, com oito milhões e 400 eleitores, e Paraná, com quatro milhões e 500 mil.

Nesses Estados, porém, o número de constituintes favoráveis à redução do mandato de Sarney para quatro anos passa da metade da representação. Dentre os senadores paranaenses e mineiros, apenas um, Alfredo Campos (PMDB) ainda apoia os cinco anos. Os demais — Itamar Franco e Ronan Tito (mineiros) e Leite Richa, Afonso Camargo e José Richa — vão votar em favor dos quatro anos.

Noutros Estados, conforme explicou ontem ao JBR o senador José Agripino Maia (PFL-RN), a tendência dos constituintes, hoje, favorece a tese dos quatro anos. «Aliás — afirmou Agripino — desde o ano passado, quando muita gente ainda temia tocar nesse assunto, eu já defendia o mandato de quatro anos para Sarney. Não mudei e não vou mudar».

Mas salienta que o sentimento em favor das eleições em 88 é dominante em seu Estado. O senador Itamar Franco manifestou a mesma opinião, quanto à tendência do eleitorado mineiro, admitindo, contudo, que a insatisfação em Minas também afeta o Governo estadual e a própria representação do Estado na Constituinte.

Revisão

Mas, apesar disso, Itamar receia que o Governo, através de pressões, possa tentar manter e até conseguir êxito quanto ao mandato de cinco anos para Sarney. Durante a conversa com os repórteres políticos, Maia e Itamar acabaram trocando idéias eleitorais com o senador Edison Lobão, do PFL maranhense, partidário do mandato de cinco anos e autor de uma emenda constitucional nesse sentido. Explicou Lobão que sua emenda já conta com mais de 280 assinaturas de apoio (maioria absoluta), mas «existem muitas assinaturas em duplicata, triplicata e até quadruplicata e seu trabalho de coleta está na fase de revisão». Um dos constituintes que o auxiliam a colher assinaturas é o deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), amigo pessoal do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e frequentador assíduo das reuniões da chamada «turma do poire».

Encerrando a conversa informal, Agripino Maia sublinhou que «ano de eleição é ano de turbulência, mas salientou — prefiro um ano de turbulência, agora, a dois de insatisfação e estagnação».



Scalco (E), ao lado de Covas, acredita que recolherá as 41 assinaturas para convocar o diretório

Históricos asseguram a convocação do diretório

Os Históricos do PMDB vão mesmo convocar o Diretório Nacional do partido, dia 3 de fevereiro, para discutir questões como o rompimento com o Governo, duração do mandato do presidente José Sarney e repúdio aos peemedebistas que se aliam ao Centrão. Ontem, o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) já havia obtido 27 das 41 assinaturas exigidas para a convocação daquele órgão partidário e garantia ainda hoje que o seu trabalho estaria completo.

Já o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), um dos inspiradores do grupo, advertiu que, com 103 parlamentares, os Históricos representam um terço da bancada do seu partido, sendo que suas deliberações devem ser levadas em conta. A afirmação de Covas e uma clara alusão à disposição do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, de convocar o diretório somente após a promulgação da Constituição.

Mário Covas alertou também para o fato de que a votação do mandato de cinco anos para Sar-

ney, neste momento, causaria um impacto negativo pior do que a rejeição das diretas-já, em 1984. "Naquela época você tinha um potencial de esperança, mas hoje a única solução é eleição para presidente este ano", comparou. A seu ver, a tese dos quatro anos está mais vitoriosa na votação de plenário.

Dissidências

Por sua vez, o deputado Wilson Souza (SC), membro do Movimento Unidade Progressista do PMDB, assegurou ontem que seus companheiros deverão deixar o partido e fundar uma nova legenda, caso o Diretório não tome nenhuma decisão no sentido de colocar o partido no rumo de suas antigas bandeiras. Os 23 integrantes do MUP defendem que o PMDB reavalie sua relação com o Governo e tome uma atitude quanto à ascensão da direita dentro da legenda.

Segundo Wilson Souza, a decisão do MUP de deixar o PMDB provocaria a saída dos Históricos do partido e de alguns governadores, que ele preferiu não citar os nomes.

Na reunião do Diretório deverão ser discutidos os seis pontos aprovados pelos Históricos, no último sábado. As propostas são as seguintes: 1) aprovação rápida da nova Constituição; 2) eleições presidenciais em 88; 3) renovação imediata das práticas partidárias, a começar pelo preenchimento, dentro de 30 dias, das vagas da direção por representantes fiéis à linha programática; 4) reconhecimento de que o Governo — por suas políticas, práticas e escolhas — afastou-se do PMDB, e a este cabe opor-se às decisões do Governo que contrariam o seu programa; 5) elaboração de uma plataforma para o Brasil a ser sustentada por um candidato à Presidência da República que expresse autenticamente os ideais de luta democrática e mudança social que marcaram a história do PMDB e 6) reformulação dos compromissos programáticos aprovados na última Convenção do partido e repúdio aos que se afastaram destes compromissos e se aliam às forças reacionárias na Constituinte.

Os votos que decidem

O Diretório Nacional do PMDB, o órgão mais importante do partido após a Convenção Nacional, é composto por 121 membros e a sua convocação deve ser decidida pelo presidente da agremiação ou por um terço dos seus componentes. Os integrantes do Diretório são: Franco Montoro (SP), Gonzaga Mota (CE), Hélio Garcia (MG), José Richa (PR), Wilson Martins (MS), Renato Archer (MA), Chagas Rodrigues (PI), Martins Filho (RN), Antônio Mariz (PB), Epídio Ferreira Lima (PE), Fernando Lyra (PE), Maurílio Ferreira Lima (PE), Miguel Arraes (PE), Osvaldo Lima Filho (PE), José de Oliveira Costa (AL), Renan Calheiros (AL), João Seixas Dória (SE), Francisco Pinto (BA), Jorge Medauar (BA), Janaty Magalhães (BA), Roberto Santos (BA), Rômulo de Almeida (ES), Márcio Braga (RJ), Maria da Conceição Tavares (RJ), Raphael de Almeida Magalhães (BA), Wellington Moreira Franco (RJ), Carlos Mosconi (MG), Cassio Gonçalves (MG), Edgar da Matta Machado (MG), José Ulysses de Oliveira (MG), Elizabeth Bello de Araújo (SP), Fernando Henrique Cardoso (SP), Joaquim dos Santos Andrade (SP), Luiz Carlos Bresser Pereira (SP), Mário Coias (SP), Dante de Oliveira (MT), Plínio Martins (MS), Euclides Scalco (PR), Hélio Duque (PR), Roberto Requião (PR), Anita Pires (SC), João Gilberto (RS), Jorge Uequed (RS), Júlio Costamilan (RS), Odacir Klein (RS), Nelson Carneiro (RS), João Agripino Filho (PB), Mário Kertész (BA), Myrthes Bevilacqua (ES), Raul Belém (MG), Marcondes Pereira (SP), Carlos Bezerra (MT), João

Elisio Ferraz de Campos (PR), Waldemar de Lucas (SC), Páez de Andrade (CE), Ulysses Guimarães (SP), Angelo Angelim (RJ), Gerson Camata (ES), Gilberto Mestrinho (AM), Jader Barbalho (PA), José Aparecido (DF), Nabor Júnior (AC), Onofre Quinan (GO), Celso Saleh (AP), Sítio Leite (RR), Jerônimo Santana (RO), Orestes Maniz (RO), Geraldo Fleming (AC), Carlos Alberto de Carli (AM), Carlos Vinagre (PA), Hélio Queiroz (PA), Romero Ximenes (PA), Vicente Queiroz (BA), Cid Caraihu (PA), Alberto Silva (PI), Heráclito Fortes (PI), Manoel Viana (CE), Mauro Benevides (CE), Aluizio Alves (RN), Humberto Lucena (PB), Djalma Felício (AL), José Carlos Mesquita Teixeira (SE), Carlos Sant'Anna (BA), João Calmon (ES), Celso Furtado (RJ), Dasso Coimbra (RJ), Dentar Arneto (RJ), João Hercúlio (MG), Joaquim de Melo Freire (MG), Jania Marise (MG), Marcos Lima (MG), Milton Reis (MG), Tancredo Augusto Neves (MG), Almir Pazzianotto (SP), Roberto Cardoso Alves (SP), Del Bosco Amaral (SP), Osvaldo de Oliveira Ribeiro (SP), Pacheco Chaves (SP), Paulo Zartur (SP), Fernando Cunha (GO), Henrique Santillo (GO), Iris Rezende (GO), Iturral Nascimento (GO), Juarez Bernardes (GO), José Garcia Neto (MT), Rubem Figueiró (MS), Paulo Brossard (RS), Alvaro Dias (PR), Jayme Canet Júnior (PR), Walber Guimarães (PR), Antônio Marinaldo Reinel (SC), Neuto Fausto Couto (SC), Pedro Simon (RS), Lélcio Souza (RS), Celso Saboia (PR), Ibsen Pinheiro (líder na Câmara), Enéas Faria (PR) e Saldanha Derzi (MS).



Ulysses: caminho comum

Ulysses só aceita decisão após Carta

Qualquer decisão importante do PMDB, em relação ao Governo, só deve ser tomada após os trabalhos da Constituinte e através de uma convenção. Esta é a opinião do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, avaliando o encontro dos históricos, que querem convocar o diretório para debater o rompimento com o Governo.

Ulysses esteve ontem com o presidente José Sarney, no almoço oferecido pelo governador do DF, José Aparecido, em homenagem ao escritor Jorge Amado. Na saída, conversou com os jornalistas, recusando-se, entretanto, a analisar o quadro partidário após a reunião do último sábado. Ele encaminhou um documento a Sarney e informou que na conversa com o Presidente, «nada foi comentado sobre a reunião dos históricos». Quanto ao documento, disse Ulysses, «trata-se de um trabalho feito por alguns companheiros, sobre a Constituinte».

O presidente do PMDB minimizou a reunião dos históricos, dizendo: «Foi uma reunião como têm havido outras dentro do partido. Espero que depois todos encontrem um caminho comum. Acho só que devemos concentrar todos os nossos esforços em torno da Constituinte. Enquanto a Constituinte não se definir, fica difícil traçar novos rumos».

Convenção

«Eu entendo — afirmou Ulysses — que as posições mais importantes do partido devem ser tomadas através de uma convenção, depois que a nova Constituição estiver elaborada. Até lá, repito, nossos esforços devem ser no sentido de trabalhar na Constituinte».

Indagado se reprova a atitude dos históricos, Ulysses respondeu que não reprova nada porque «eles fizeram as ponderações que entenderam e que todos conhecem, mas insistiu em que cheguemos ao fim dos nossos trabalhos». A última pergunta feita — se o PMDB é Governo —, Ulysses encerrou a entrevista dizendo: «O que eu tinha a dizer era isto. Nada mais».

Não dará em nada, diz Newton

Belo Horizonte — A reunião dos históricos do PMDB, realizada sábado passado, «não levará a nada», assegura o governador de Minas, Newton Cardoso, que desde o anúncio do encontro tentou esvaziá-lo. «Os históricos são» — disse o governador — «parte ponderável do partido considerado. Entretanto, acho que o momento é de ajudar este Governo, porque a hora e de entendimento e não de dissensão».

Newton Cardoso chama a atenção dos companheiros de partido no sentido de que assumam os erros cometidos. «Todos nós» — lembrou ele — «aplaudimos o Presidente na hora que entendíamos que o Plano Cruzado estava dando certo. E agora, estamos querendo jogar pedra no Governo». A expectativa do governador de Minas, quanto à reunião dos governadores, marcada para Belo Horizonte, provavelmente dia 19, é «ver a posição de cada um deles».

A maioria dos governadores do PMDB deverá estar presente ao encontro de Belo Horizonte, conforme previsão do governador

mineiro. «O que pretendo é que eles se manifestem a respeito do momento nacional, sobre a economia, política e também sobre o partido».

A divisão do PMDB interessa muito aos adversários, entende o governador de Minas. Ele não admite que, por falta de coerência e de inteligência «entreguemos o comando aos minoritários».

Sobre a reunião dos Históricos, Newton lembra que «nenhum governador promoveu ou ajudou esta reunião» e que muita gente que não era histórico participou e até votou. Newton Cardoso recomenda repensar «o MDB e não o PMDB», considerando que o primeiro é um partido pequeno.

Embora afirme ser cumpridor da palavra empenhada, Newton Cardoso reconhece que não pode marchar sozinho. «Minas não pode, por ambição ou por conviência, deixar de participar da sucessão nacional». E chamou JK de histórico do PMDB, ao mesmo tempo em que criticou os «aproveitadores», ressaltando «a falta de caráter» deles. «Todos inficis».